

INTERNATO DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR ALGARVE

MANUAL DE FORMAÇÃO

2015

Preâmbulo
Cronograma geral do internato
Plano pessoal de formação
Cursos e actividades curriculares
Regulamento interno
Avaliação
Bibliografia
Estágios

Os quatro anos do tempo de Internato são um tempo protegido de aprendizagem em que o interno progressivamente assume as funções de um médico de família com os seus inerentes direitos e deveres, mas em que o critério que torna adequada cada atividade é o do interesse formativo e o cumprimento dos tempos e conteúdos do programa de formação.

Coordenação de Internato MGF - Algarve

Preâmbulo
Cronograma geral do internato
Plano pessoal de formação
Cursos e actividades curriculares
Regulamento interno
Avaliação
Bibliografia
Estágios

Índice

Preâmbulo	3
Cronograma geral do internato	4
Plano pessoal de formação	6
Cursos e actividades curriculares	7
Regulamento interno	8
Avaliação	10
Bibliografia	12
Estágios	15
MGF1	15
MGF2	17
MGF3	19
MGF4	21
Saúde Infantil e Juvenil	23
Saúde da Mulher	25
Medicina de Urgência	27
Saúde Mental/Psiquiatria	29

Preâmbulo

Desde os anos oitenta, no final do século XX, que os organismos portugueses responsáveis pela formação dos médicos de família se preocuparam em organizar Cadernetas de Estágio ou Manuais de Formação, que sintetizassem a informação relevante para todos os envolvidos no processo formativo.

Ao longo dos anos, as Cadernetas e Manuais de Formação, sucessivamente revistos e actualizados, explicitavam a estruturação e cronograma geral do internato, os estágios e seus objectivos educacionais, as metodologias avaliativas e os respectivos parâmetros e critérios de avaliação. Continham ainda o regulamento interno, com definição das etapas, tarefas e tempos a cumprir.

Em termos globais, assim é também com este novo Manual de Formação 2016, cuja revisão e reformulação resultou, em parte, da publicação do Programa de Formação da área profissional de Medicina Geral e Familiar em Fevereiro de 2015, que, entre outras mudanças, aumentou o tempo de formação em contexto real de trabalho nas unidades de saúde de colocação dos internos e introduziu alterações no formato da avaliação final de internato.

Este Manual pretende ser um documento operativo, um mapa onde internos e orientadores vão buscar as referências (objectivos, metodologias) para traçar os planos de detalhe individualizados (planos pessoais de formação) e para definir o trabalho diário (tarefas) que cada um tem de organizar e rever periodicamente, de acordo com a análise retrospectiva de cada etapa.

O Programa do Internato (publicado no Diário da República, 1ª série: Portaria nº 45/2015, de 20 de Fevereiro de 2015) constitui a referência central para todos os envolvidos na formação em Medicina Geral e Familiar. A sua leitura atenta é imprescindível.

A definição alargada da especialidade (Wonca, 2002/2011 - Definição europeia) com a identificação das suas características e de um núcleo de competências indispensáveis ao seu exercício, bem como a *Agenda Educacional da EURACT* constituem outras das referências de base.

Cronograma geral do internato

Os estágios de Medicina Geral e Familiar (MGF), considerados nucleares no Programa, decorrerão em períodos estabelecidos, do primeiro ao último ano.

Os estágios hospitalares obrigatórios seguirão no decurso dos anos as prioridades temporais aqui estabelecidas, com alguma flexibilidade na execução, levando em consideração as condições diferentes de região para região.

Os estágios opcionais, definidos no interesse de cada interno, deverão obrigatoriamente ser negociados com o orientador de formação e ter em conta os recursos locais ou regionais de formação.

A sequência prevista, conforme figura anexa, localiza no tempo a efectivação dos estágios.

Assim:

1. Os estágios de MGF1, MGF2 e de MGF3 têm a duração total de 7 meses cada um e o de MGF4 de 11 meses.
2. Os estágios de Saúde Infantil e Juvenil e de Saúde da Mulher, cada um com a duração de 2 meses, são programados de forma sequencial indiferente no 1º, 2º ou 3º ano.
3. Seis meses de estágios opcionais são programados de forma sequencial indiferente no 1º, 2º ou 3º ano.
4. O estágio de Serviço de Urgência é realizado de forma descontínua, com duração de 12 horas semanais durante 10 meses, distribuídas pelas áreas de ortotraumatologia, cirurgia geral, medicina interna, ginecologia, obstetrícia e pediatria.
5. O estágio de Saúde Mental tem a duração de 2 meses (ou equivalente, se realizado de forma descontínua).
6. Os estágios curtos, com duração total equivalente a 1 mês, são programados durante os estágios de MGF3 e de MGF4, sem que haja compensação de tempo.

PLANO DE ESTÁGIOS

1º ano

MGF1 (7 meses)
Cursos Curriculares
Estágios Obrigatórios
Estágios Opcionais

2º ano

MGF2 (7 meses)
Cursos Curriculares
Estágios Obrigatórios
(inclui Estágio S. Urgência – 12h/semana - 4 meses)
Estágios Opcionais

3º ano

MGF3 (7 meses)
Cursos Curriculares
Estágios Obrigatórios
(inclui Estágio S. Urgência – 12h/semana - 6 meses)
Estágios Opcionais
Estágios curtos

4º ano

MGF4 (11 meses)

Cursos Curriculares
Estágios curtos

Plano Pessoal de Formação

Deve ser contratualizado, entre o orientador e o interno, um plano de trabalho para cada ano de Internato. Este plano designa-se por Plano Pessoal de Formação (PPF).

O PPF é um documento de trabalho que será modificado e acrescentado sempre que for considerado adequado, devendo ser revisto periodicamente.

A palavra “contrato” vem do latim “desenhar em conjunto”. O PPF, como chave da contratualização do percurso de aprendizagem entre interno e orientador, tem como filosofia subjacente que:

- os internos são diferentes entre si e têm processos e modos diferentes de aprender, para além de diferentes pré-adquiridos;
- a participação no processo de planificação aumenta a motivação, condição indispensável à aprendizagem.

Para a elaboração do PPF é necessário que se conheça o Programa de Formação (estrutura e objectivos educacionais do Internato), reconhecendo-o como quadro de referência, assim como as condicionantes do exercício presente e futuro.

O **PPF**, não obstante a livre criatividade de cada um, **deverá conter** os seguintes itens:

- **objectivos** (descrição do que se pretende conseguir ao longo de cada estágio);
- **métodos e/ou estratégias de aprendizagem** (explicitação de como se pretende atingir os objectivos definidos);
- **actividades e tarefas** (descrição das actividades e tarefas a realizar ao longo do Internato e previsão da sua quantificação, quando for pertinente);
- **métodos e critérios de avaliação** (explicitação de formas de análise e crítica das actividades e tarefas realizadas e da sua adequação aos objectivos previstos).

Cada plano deve incluir, obrigatoriamente, a **descrição do horário de trabalho (40h/semana)**.

Os PPF deverão ser enviados à respetiva Coordenação de Internato, em formato eletrónico, **até final do 2º mês no primeiro ano de Internato e até ao final do 1º mês de cada um dos anos seguintes** de Internato, e estão sujeitos à sua aprovação.

Cursos e atividades curriculares

Os cursos curriculares terão lugar no decurso dos estágios de MGF1, MGF2, MGF3 e MGF4 e estão diretamente relacionados com os objetivos formativos de cada um destes estágios:

- Medicina Geral e Familiar (3,5 dias) – durante MGF1
- Introdução à Investigação e Comunicação Médica (2 dias) – durante MGF1
- Epidemiologia (2 dias) – durante MGF2
- Cessaçã Tabágica (1 dia) – durante MGF2
- Família (1 dia) – durante MGF2
- Aleitamento Materno (1 dia) – durante MGF2
- Dôr Crónica (2 dias) – durante MGF3
- Insulinoterapia (2 dias) – durante MGF3
- Metodologia Básica de Investigação (módulo I + módulo II) – durante MGF3
- Ética (1,5 dia) – durante MGF4
- Gestão da Prática Profissional e Organizacional (módulo I + módulo II) – durante MGF4
- Cuidados Paliativos – durante MGF4

Para a frequência dos cursos, os internos serão incluídos em grupos e serão atempadamente informados das datas da realização dos mesmos.

Ao longo do percurso formativo os internos serão incentivados a videogravar consultas (cumprindo os procedimentos necessários) para auto e hetero-avaliação. No decurso do internato, como actividade curricular obrigatória, todos os internos deverão submeter uma consulta videogravada à apreciação de uma comissão, que será designada em devido tempo.

À semelhança dos anos anteriores realizar-se-á um encontro anual de trabalho, com cariz de actividade curricular, destinado a todos os internos e orientadores, designado *Encontro Regional de Internos e Orientadores MGF - Algarve*, durante o qual todos poderão apresentar os trabalhos científicos realizados ao longo do último ano.

Regulamento interno

Assiduidade

O circuito das folhas de assiduidade é acordado entre a Coordenação de Internato MGF e as Direções dos ACeS Sotavento, Central e Barlavento e entre a Coordenação de Internato MGF e a Direção de Internato do CHAlgarve – Unidades de Faro e Portimão ou as Direções de outros Serviços onde decorram estágios de internos MGF. A Coordenação de Internato MGF envia as folhas de assiduidade relativas aos estágios em curso devidamente identificadas (nome do interno –unidade e ACeS de colocação, designação e duração do estágio) para os ACeS referidos, relativamente aos estágios MGF1, MGF2, MGF3, MGF4 e ao dia de vinda semanal à Unidade de colocação do interno durante os estágios que decorram fora desta e informa a Direção de Internato hospitalar relativamente à programação formativa proposta de forma a que o registo biométrico de assiduidade seja planificado em conformidade.

O interno deve anotar diariamente o seu horário de trabalho prestado na folha de registo de assiduidade respectiva (ou no registo biométrico se aplicável). A vinda semanal à unidade funcional de colocação durante os estágios que decorram fora desta (correspondendo a um dia), deve ser comprovado na folha de registo de assiduidade correspondente.

No final do mês a Direção de Internato hospitalar envia ao ACeS de colocação do interno a folha de assiduidade relativa ao estágio hospitalar em curso e o ACeS enviará à Coordenação de Internato MGF cópia dos registos de assiduidade bem como de comprovativos de faltas justificadas.

Plano de férias

As férias deverão ser marcadas até ao dia 31 de Março de cada ano. Conforme a legislação em vigor, as mesmas poderão ser ou não deferidas, de acordo com a programação dos estágios, de forma a não prejudicar a sua frequência (art. 37 do Regulamento do Internato Médico – Portaria 224-B de 29 Julh'15). Os estágios hospitalares, obrigatórios e opcionais, não poderão em regra ser interrompidos por férias.

Qualquer alteração, relativamente ao mapa de férias entregue até 31 de Março de cada ano, deverá dar entrada na Coordenação de Internato pelo menos 30 dias antes da alteração sugerida. Os pedidos de alteração só serão deferidos em termos de excepção e por motivos ponderosos.

Os internos que não entregarem o seu plano de férias dentro da data acima indicada gozarão as suas férias obrigatoriamente durante 1 mês, em continuidade, em data a marcar pela Coordenação de Internato.

O pedido de férias deve ser informado pelo Orientador de formação nos seguintes termos: *“Concordo”* ou *“Discordo por...”*.

Comissão Gratuita de Serviço

De acordo com o previsto na **Circular Interna 66 de 2014 da ARS Algarve**.

Os pedidos de Comissão Gratuita de Serviço devidamente preenchidos devem ser atempadamente **enviados para parecer à Coordenação de Internato MGF** uma vez que podem colidir com a programação formativa, sendo esta Coordenação a encaminhá-los ao ACES de colocação do interno. Devem conter também parecer e assinatura do Orientador. O parecer deve atestar da sua pertinência e interesse para o percurso formativo do interno.

Quando os internos se encontrem a frequentar estágios noutras instituições, que não a unidade funcional de colocação, o pedido deve igualmente vir acompanhando da anuência do Tutor hospitalar ou do Diretor de Serviço respetivo.

Boletim itinerário (BIAC)

De acordo com o previsto na **Circular Interna 3 de 2014 da ARS Algarve – ‘Regulamento de Ajudas de Custo e de Transporte da ARS Algarve’**.

Relativamente a deslocação para **reuniões no âmbito do Internato, encontro regional, avaliações, cursos curriculares, autoscopia** passíveis de pagamento de ajudas de custo ou de transporte, deve ser preenchido por cada interno e orientador **mensalmente, um impresso original** (modelo oficial nº 683 exclusivo da Imprensa Nacional – Casa da Moeda) com essas atividades passíveis de ajudas de custo ou de transporte e que será **enviado com a folha de assiduidade do mês**.

Suplementos Remuneratórios

Relativos à **deslocação de internos para efeitos de estágio em serviço/estabelecimento situado a mais de 50 Km da sua unidade funcional de colocação** (de acordo com o artigo 21 do Decreto -Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, alterado pelos Decretos - Lei nºs 11/2005, de 6 de Janeiro, 60/2007, de 13 de Março, nº45/2009, de 13 de Fevereiro, e nº177/2009, de 4 de Agosto). Disponíveis na área do Internato MGF no site da ARS Algarve.

Avaliações

É da responsabilidade dos orientadores de formação ou dos Tutores de estágio - nos estágios que decorram fora da Unidade de colocação, (artº 55 do Regulamento do Internato Médico – Portaria nº 224 – B/2015, de 29 de Julho) comunicar aos internos e à Coordenação de Internato MGF as classificações obtidas pelos internos nas avaliações de desempenho a decorrerem no final de cada estágio. Os formulários de registo de avaliação estão disponíveis na área do Internato MGF no site da ARS Algarve e devem conter o nome legível do orientador (ou tutor), nº da Cédula Profissional, assinatura respectiva e carimbo do serviço.

A avaliação de conhecimentos inclui análise e discussão de relatório de atividades de cada estágio (não podendo ser objeto de classificação) e avaliação de conteúdos científicos relativos aos objetivos de conhecimentos sob a forma de interrogatório oral ou realização de prova escrita relativo aos estágios obrigatórios decorridos no final de cada ano de Internato.

Planeamento de estágios

O planeamento global dos estágios é da responsabilidade da Coordenação de Internato.

As escolhas relativas aos estágios opcionais (6 meses) devem ser entregues na Coordenação de Internato até final do 4º mês de Internato. As escolhas relativas aos estágios curtos (duração total 1 mês) devem ser entregues na Coordenação de Internato no decurso de MGF3 e/ou MGF4 de forma atempada para possibilitar a sua planificação.

Devem os internos, sob supervisão dos seus orientadores, justificar as escolhas e elaborar os objectivos específicos para cada um desses estágios. Os formulários para a solicitação de estágios opcionais e estágios curtos estão disponíveis na área do Internato MGF no site da ARS Algarve.

Estes pedidos só serão deferidos se existir capacidade formativa dos serviços, se se inserirem dentro do núcleo de instituições previstas e se as escolhas efectuadas forem coerentes para o percurso formativo do interno na especialidade. A sua realização obriga a que haja deferimento pelas Direcções de Internato.

O planeamento de estágios será atempadamente enviado aos orientadores e aos internos, para seu conhecimento.

Relatórios de estágio

Os Relatórios de Estágio deverão ser elaborados a partir do início de cada estágio e concluídos até ao final do mesmo, sendo a sua execução valorizada no âmbito da avaliação de desempenho do estágio em causa. Será dado conhecimento ao interno do prazo limite para o seu envio em formato eletrónico à Coordenação de Internato - habitualmente 8 dias úteis antes da data da avaliação de conhecimentos - altura em que será alvo de análise e discussão com intuito formativo, sem ser objeto de classificação.

Avaliação

No decurso do internato a avaliação é contínua e de natureza formativa.

No final de cada estágio a avaliação tem como finalidade a aferição dos componentes de desempenho individual e de nível de conhecimentos. Em cada um destes componentes a classificação de igual ou superior a 10 valores é condição necessária à transição para o estágio seguinte.

Avaliação Formativa

A avaliação formativa é uma forma de regulação interna de aprendizagem, onde as necessidades formativas diagnosticadas devem ser reinvestidas no plano de formação (quer o interno quer o orientador recuperam informações úteis a cada um e ao projecto que é de ambos). Os referentes de avaliação encontram-se expressos sob a forma de objectivos educacionais neste Manual de Formação.

Ao longo do Internato o orientador utilizará diferentes estratégias para este fim: análise aleatória de casos, revisão regular do trabalho diário, partilha de experiências clínicas, análise de consultas videogravadas, entre outras, tendo como suporte listas de verificação, escalas e grelhas de observação.

Avaliação de desempenho e avaliação de conhecimentos

No final de cada estágio será dada ao interno uma classificação resultante da observação do seu desempenho. O interno só pode transitar para o estágio seguinte se tiver tido aproveitamento no estágio anterior.

A avaliação de conhecimentos é referente a cada estágio obrigatório decorrido no ano em avaliação, realiza-se por regra num único momento avaliativo no final de cada ano.

A avaliação de conhecimentos terá por base a “Análise e Discussão do Relatório – sem atribuição de classificação” e a prova de “Interrogatório Oral ou Prova Escrita”.

A avaliação de Conhecimentos determinará, em cada um dos estágios, uma classificação discriminada numa escala de 0 a 20, de acordo com as disposições do Regulamento do Internato Médico (Portaria nº 224 – B/2015).

A falta de aproveitamento num estágio determinará a sua repetição, por uma única vez, não podendo essa repetição ultrapassar a duração máxima prevista para esse estágio (Ver Regulamento do Internato Médico - Portaria nº 224-B/2015. Nele se estabelece que a repetição de estágio é possível apenas para o máximo de dois estágios).

No final do processo de internato será dado um portfolio avaliativo de todos os estágios efectuados, sendo discriminadas os resultados atingidos nas avaliações de desempenho e conhecimentos.

Avaliação Final

No final do programa de internato os internos são submetidos a provas de Avaliação Final. De acordo com a legislação em vigor (Regulamento do Internato Médico – Portaria nº224 – B/2015), esta avaliação é feita por um júri nacional, composto por três elementos e é composta por três provas: curricular, prática e teórica.

A prova curricular consiste na avaliação e discussão do *curriculum vitae* do interno. A análise crítica deste documento é feita de acordo com os parâmetros legalmente estabelecidos. No essencial pretende-se avaliar a vivência durante os estágios, a forma das experiências e dos acontecimentos que os constituem e a capacidade de auto-aprendizagem e de reflexão sobre a prática. Aquando da discussão os examinadores procurarão questionar o candidato sobre o que fez, como fez, porque fez e como analisa criticamente essa experiência.

A prova prática consiste na discussão de um caso clínico sorteado entre 3. Os examinadores nesta prova concentram-se na caracterização do utente/doente, na formulação de hipóteses diagnósticas, na forma como as hipóteses são provadas ou refutadas, na identificação de problemas e no plano de vigilância e tratamento elaborado. No essencial pretende-se avaliar a transferência da aprendizagem para uma situação real.

A prova teórica assume o formato de uma prova nacional escrita de escolha múltipla.

A classificação de cada uma das provas é feita numa escala de 0 a 20 valores e a classificação da avaliação final (CAF) resulta da média aritmética das classificações obtidas nas provas curricular, prática e teórica.

Recomenda-se a leitura da Secção II do Regulamento do Internato (Portaria nº224-B /2015).

Bibliografia

1. Compêndios de MGF

- Goroll AH, Mulley AG. Primary care medicine: office evaluation and management of the adult patient. 66th ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins; 2009.
- Jones R, Britten N, Culpepper L, Gass D, Grol R, Mant D, et al. Oxford textbook of primary medical care. Volume 1: Principles and concepts. Oxford: Oxford University Press; 2005.
- Jones R, Britten N, Culpepper L, Gass D, Grol R, Mant D, et al. Oxford textbook of primary medical care. Volume 2: Clinical management. Oxford: Oxford University Press; 2005.
- McWhinney IR, Freeman T. Textbook of family medicine. 3rd ed. New York: Oxford University Press; 2009.
- Taylor RB. Family medicine: principles and practice. 6th ed. New York: Springer-Verlag; 2003.
- Rakel ER, Rakel DR. Textbook of family medicine. Philadelphia: Saunders; 2011.
- Murtagh J. John Murtagh's general practice. 5th ed. Roseville: McGraw-Hill; 2011.
- SemFYC. Guía de actuación en atención primaria. 4th ed. Barcelona: semFYC Ediciones; 2011.
- Bope ET, Kellerman RD. Conn's current therapy 2012. Philadelphia: Saunders; 2011.
- Gusso G, Lopes JMC. Tratado de Medicina de Família e Comunidade. Porto Alegre: Artmed; 2012.

2. Livros/documentos versando aspectos conceptuais/históricos da MGF em Portugal e no mundo

- World Organization of Family Doctors (WONCA). European definition of general practice family medicine [Internet]. 3rd ed. WONCA Europe; 2011 [cited 2013 Jan 06]. Available from: www.woncaeurope.org/
- European Academy of Teachers in General Practice/Family Medicine (EURACT). A definição europeia de medicina geral e familiar [Internet]. Versão reduzida. EURACT; 2005. [cited 2013 Jan 06]. Available from: http://www.apmgf.pt/ficheiros/Definicao_MGF-EURACT_2005.pdf
- Starfield B. Primary care. Balancing health needs, services, and technology. New York: Oxford University Press; 1998.
- Ramos V, Alves MV, APMCG. Medicina geral e familiar: da vontade. Lisboa: MVA Invent; 2004.
- Biscaia AR, Martins JN, Carreira MF, Gonçalves I, Antunes AR, Ferrinho P. Cuidados de saúde primários em Portugal: reformar para novos sucessos. Almargem do Bispo: Padrões Culturais Editora; 2006.
- Hummers-Pradier E, Beyer M, Chevallier P, Eilat-Tsanani S, Lionis C, Peremans L, et al. Agenda de investigação em medicina geral e familiar e cuidados de saúde primários na Europa [Internet]. Lisboa: APMCG; 2010 [cited 2013 Jan 06]. Available from: <http://www.apmgf.pt>
- Heyrman J. Agenda educativa EURACT da medicina geral e familiar. Lisboa: ADSO; 2006 (cited 2013 Jan 06). Available from: <http://www.apmgf.pt>
- EQUIP, EURACT. Desenvolvimento profissional contínuo em cuidados de saúde primários: integração do desenvolvimento da qualidade com a educação médica contínua. Lisboa: APMCG; 2002.

3. Livros/documentos versando a caracterização da prática

- WONCA. ICPC 2 – Classificação Internacional de Cuidados Primários. 2ª ed rev. Lisboa: APMCG; 2011.
- Jordão JG. A medicina geral e familiar: caracterização da prática e sua influência no ensino pré-graduado [Dissertation]. Lisboa: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; 1995. Available from: <http://hdl.handle.net/10451/2031>

4. Livros versando aspectos sobre a consulta e comunicação

- Nunes JM. Comunicação em contexto clínico. Lisboa: Bayer; 2007.
- Ramos V. A consulta em sete passos [Internet]. Lisboa: Fundação Astra Zeneca; 2008 [cited 2013 Jan 06]. Available from: <http://www.apmgf.pt/index.php?section=publications&action=details&id=23>
- Pendleton D, Schofield T, Tate P, Mavelock P. A consulta: uma abordagem à aprendizagem e ensino. Porto: Faculdade de Medicina do Porto; 1993.
- Balint M. O médico, o seu doente e a doença. Lisboa: Climepsi Editores; 2008.
- Balint E, Noull JS. Seis minutos para o doente: interações na consulta de clínica geral. 2ª ed. Lisboa: Climepsi Editores; 2004.
- Mota Cardoso R. Competências clínicas de comunicação. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; 2012.

5. Livros/documentos versando outros temas

- Torres JA, Bermejo R. Manual de urgencias y emergencias. Madrid: semFYC; 2007.
- Simon C, O'Reilly K, Proctor R, Buckmaster J. Emergencies in primary care. Oxford: Oxford University Press; 2007.
- APMCG. Guia prático da saúde [Internet]. Lisboa: APMCG; 2009 [cited 2013 Jan 06]. Available from <http://www.apmgf.pt/index.php?section=publications&action=details&id=49>
- Direcção-Geral da Saúde. Guias de educação e promoção da saúde: PAPPS – Programa de actividades de prevenção e promoção da saúde (Espanha). Lisboa; Direcção-Geral da Saúde; 2001.
- Almeida JM, Nunes JM, Carraça IR. Saúde mental na prática do clínico geral. 2ª ed. Lisboa: Climepsi Editores; 2004.
- Christie-Seely J. Working with the family in primary care: a systems approach to health and illness. New York: Praeger Publishers; 1984.
- Sampaio D, Resina T. Família: saúde e doença. Lisboa: Edição ICGZS; 1994.
- Alarcão M. (Des)Equilíbrios familiares. 3ª ed. Coimbra: Quarteto; 2006.
- Caeiro R. Registos Clínicos em Medicina Familiar. Lisboa: Edição ICGZS; 1991.
- Rebelo L. A família em medicina geral e familiar. Lisboa: Verlag Dashofer; 2011.
- Núcleo de investigação da APMCG. Investigação passo a passo: perguntas e respostas essenciais para a investigação clínica [Internet]. Lisboa: APMCG; 2008 [cited 2013 Jan 06]. Available from: <http://www.apmgf.pt/index.php?section=publications&action=details&id=21>

6. Revistas científicas

Revistas de referência para a especialidade de MGF:

- Revista Portuguesa de Clínica Geral (Rev Port Clin Geral)
- Atención Primaria (Aten Primaria)
- Canadian Family Physician (Can Fam Physician)
- American Family Physician (Am Fam Physician)
- The British Journal of General Practice (Br J Gen Pract)
- Family Practice (Fam Pract)
- The European Journal of General Practice (Eur J Gen Pract)

7. Programas nacionais, normas e orientações técnicas da Direcção Geral da Saúde

Direcção-Geral da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2004/2010. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde; 2004. disponível em <http://www.dgsaude.min-saude.pt/pns/capa.html> (acedido em 06/02/2013)

Plano Nacional de Saúde 2011-2016. disponível em <http://pns.dgs.pt/> (em discussão) (acedido em 06/01/2013)

Todos os programas, normas e orientações técnicas estão publicados, para consulta e download, no site da Direcção Geral da Saúde (www.dgs.pt).

8. Links com interesse em Medicina Geral e Familiar

<http://www.cebm.net/> - Centre for evidence based medicine
<http://www.cochrane.org/> - The Cochrane Collaboration
<http://www.guideline.gov/> - National Guideline Clearinghouse
<http://www.nice.org.uk/> - National Institute for Health and Clinical Excellence
<http://www.racgp.org.au/> - The Royal Australian College of General Practitioners
<http://www.rcgp.org.uk/> - The Royal College of General Practitioners
<http://www.uspreventiveservicestaskforce.org/> - U.S. Preventive Service Task Force
<http://www.medicine.ox.ac.uk/bandolier/> - Bandolier
<http://www.mgfamiliar.net/index.htm>

9. Endereços electrónicos de organismos oficiais

- Ministério da Saúde: <http://www.min-saude.pt/portal> e <http://www.acss.min-saude.pt>
- Direcção Geral de Saúde: <http://www.dgs.pt>
- Infarmed: <http://www.infarmed.pt>
- Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Pordata. Base de dados Portugal Contemporâneo: <http://www.pordata.pt>
- Ordem dos Médicos: <http://www.ordemdosmedicos.pt>
- Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar: <http://www.apmgf.pt>
- Organização Mundial de Saúde: <http://www.who.int>
- Organização Mundial de Saúde – Secção Regional da Europa: <http://www.euro.who.int/en/home>
- WONCA – World Organisation of Family Doctors: <http://www.globalfamilydoctor.com>
- UEMO – Union Européenne des Médecins Omnipraticiens : <http://www.uemo.eu>

ESTÁGIOS

Estágio de MGF1

Os objectivos de conhecimento e de desempenho a atingir no final do primeiro estágio estão definidos no Programa de Formação (Portaria nº 45/2015).

A definição europeia de Medicina Geral e Familiar define para a especialidade onze características, a partir das quais se identificam seis competências nucleares. Cada uma dessas competências começa a ser trabalhada no início do internato, desenvolvendo-se ao longo dos diferentes estágios.

É a partir destes dois referenciais e dos objectivos específicos trabalhados e atingidos pelos internos durante os últimos anos nos estágios de MGF1, que se desenvolve esta proposta.

Objectivos gerais para o estágio de MGF1

Ver Programa de Formação | Portaria nº45/2015, de 20 de Fevereiro de 2015

Objectivos educacionais para o estágio de MGF1

1. Conhecer os conceitos fundadores da especialidade e compreender a Medicina Geral e Familiar no contexto do sistema de saúde em Portugal.
2. Conhecer os diferentes diplomas legais que enquadram a saúde.
3. Caracterizar a comunidade em que está inserida a unidade de saúde, nos seus diferentes aspectos (demográficos, sócio-económicos, culturais e de recursos de saúde), analisando a repercussão dessas características na organização dos cuidados de saúde e na saúde das populações.
4. Identificar os principais problemas e indicadores de saúde da comunidade.
5. Identificar a articulação funcional entre USF/UCSP/CS e as outras estruturas de saúde (serviços/hospitais/centros hospitalares) e ainda com as instituições comunitárias.
6. Conhecer e compreender as articulações funcionais entre os diversos grupos profissionais, nas unidades de saúde.
7. Conhecer e compreender a consulta como um todo estruturado.
8. Conhecer os diferentes modelos de consulta e as suas implicações.
9. Conhecer as particularidades da anamnese e da caracterização semiológica dos quadros clínicos pouco organizados e indiferenciados.
10. Realizar o exame físico dirigido e executar procedimentos diagnósticos, tendo em conta os dados da anamnese.
11. Formular hipóteses de diagnóstico integrando sintomas, sinais e conhecimentos epidemiológicos referentes aos problemas mais frequentes.
12. Anotar, sintética e organizadamente, os dados da anamnese e do exame físico, os problemas de saúde identificados e o plano terapêutico, utilizando os vários componentes do registo médico orientado por problemas (RMOP).
13. Aplicar diferentes técnicas de entrevista no decurso de uma consulta.
14. Conhecer os princípios de uma comunicação facilitadora da relação médico-doente.

15. Conhecer o conceito da família como sistema e o papel da família como factor de stress ou como recurso a utilizar em caso de doença, bem como a interacção da doença com a dinâmica familiar.

Estratégias e metodologias formativas

- Realização de consultas acompanhadas ou em autonomia parcial.
- Aplicação de metodologias de ensino/aprendizagem (consulta ombro a ombro, discussão de caso, análise de registo).
- Realização de cursos curriculares.
- Participação em reuniões clínicas de serviço e em reuniões periódicas ou ocasionais com outros internos e/ou outros profissionais.
- Leitura de bibliografia relevante.
- Elaboração / apresentação de relatos de caso.

Avaliação

A Avaliação de Desempenho deste estágio terá como referencial e suporte o documento anexo (Avaliação de Desempenho de MGF1 – disponível na área do Internato MGF do site da ARS Algarve).

A Avaliação de Conhecimentos respeitante a este estágio terá como referencial e suporte o documento anexo (Avaliação de Conhecimentos - disponível na área do Internato MGF do site da ARS Algarve).